



Estudantes de um curso técnico em enfermagem e inclusão: Relato de experiência

The students in a nursing technical course and inclusion: experience report

Angela Maria dos Santos¹, Maria Angélica Pinto Nunes²

1  <http://orcid.org/0000-0002-6775-1787>, Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba, angela.dossantos@ifpr.edu.br 2  <http://orcid.org/0000-0001-6752-4253>, Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba, mangel.nunes@gmail.com

RESUMO

Objetivo. Este trabalho, enquanto um relato de experiência, tem o objetivo de mostrar como a compreensão e a criação de hábitos por parte de estudantes de um curso técnico em enfermagem auxilia o atendimento de pessoas com deficiência nos serviços de saúde.

Desenvolvimento. Através de pesquisas sobre o tema inclusão, os estudantes participantes do projeto, puderam verificar quais as necessidades que um profissional da enfermagem tem frente ao atendimento de pessoas com deficiência, e apontaram aspectos importantes a serem observados em um primeiro contato com as pessoas com deficiências e seus familiares. O trabalho foi desenvolvido semanalmente com estudo de artigos e livros e criação e desenvolvimento de materiais didáticos que foram avaliados por profissional da educação especial para serem utilizados, para o ensino de enfermagem, em um processo de inclusão.

Implicações. Este relato aponta que as pesquisas bibliográficas relacionadas às questões de acessibilidade e inclusão mostraram aos estudantes a importância do conhecimento da diversidade e permitiram a eles, além da criação de materiais, também elencar procedimentos para o atendimento inicial a cada tipo de deficiência, o que auxilia a recepção de pacientes em um hospital ou qualquer unidade básica de saúde.

Palavras-chave. Serviços de saúde; Pessoas com deficiência; Técnico de Enfermagem; Inclusão.

ABSTRACT

Objective. This work, as an experience report, aims to show how the understanding and creation of habits by students of a technical nursing course, considering aspects related to the care of people with disabilities in health services.

Development. With the research on the theme of inclusion, students verify what the needs that a nursing professional has regarding the care of people with disabilities and point out important aspects to be observed in a first contact with people with disabilities and their families. The work was developed weekly with the study of articles and books and the creation and development of teaching materials that were evaluated by a special education professional to be used, for nursing education, in an inclusion process.

Implications. This report shows that bibliographic research related to accessibility and inclusion issues showed students the importance of knowledge of diversity and allowed them, in addition to creating materials, to also list procedures for the initial care to each type of disability, which helps the initial approach in a hospital or any basic health unit.

Keywords. Health service; Disabled people; Nursing technician; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem a intenção de indicar como o estudo e a pesquisa sobre educação inclusiva, em particular da educação especial, podem auxiliar na ambientação e no atendimento de pessoas com deficiência por profissionais técnicos de enfermagem, lembrando que os cuidados e o atendimento de pessoas com deficiência devem fazer parte dos currículos das escolas regulares (BRASIL, 2011), das quais fazem parte as escolas técnicas. Além disso, o novo catálogo nacional de cursos técnicos indica que o profissional técnico de enfermagem (BRASIL, 2021a, p. 34) “[...] deve realizar cuidados integrais de enfermagem a indivíduos, família e grupos sociais vulneráveis ou não.” Também neste mesmo catálogo existe a indicação do respeito à diversidade em todos os cursos indicados. Portanto, sejam cursos de saúde, gestão, comércio, ensino regular ou quaisquer outras áreas em que haja atendimento ao público de forma geral, deve existir a inclusão.

As pessoas com ou sem deficiência devem ser atendidas de forma semelhante, considerando a diversidade perante a igualdade. No entanto, muitas vezes, a falta de conhecimento leva a um tratamento diferenciado, não respeitando as pessoas com deficiência em seus direitos legais e enquanto cidadãos.

Problematizar questões sobre a inclusão das pessoas com deficiência junto a estudantes do Curso Técnico em Enfermagem frente às dificuldades encontradas no atendimento a estes pacientes é uma maneira de buscar as condutas corretas para um atendimento humanizado e com qualidade junto aos pacientes. Assim, este relato visa mostrar que os estudantes que hoje estão em escolas inclusivas enquanto adultos, mas que frequentaram seu processo educativo em escolas que excluía, quando apresentados a todas às diferenças, em especial, no que se refere às pessoas com deficiência, passam a perceber as modificações necessárias em suas atitudes e com isso conseguiram, inclusive, desenvolver um pequeno manual de atendimento que pôde passar a ser utilizado pelos demais estudantes do curso e que também será apresentado neste relato.

A educação é um direito fundamental maior assegurado na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), dessa maneira, a escola brasileira deve cumprir

o importante papel de incentivar o respeito ao direito de autonomia dentro e fora da comunidade escolar como também o direito à liberdade. Para aprenderem a serem livres, os estudantes precisam encontrar uma escola que os auxilie a enxergar o mundo do trabalho, que os qualifique enquanto cidadãos e que abra espaço para o processo inclusivo, visto que todo ser humano deve ser tratado com equidade perante suas diferenças.

Não basta apenas existir a preocupação com a estrutura física das instituições, mas os vários aspectos que envolvem a permanência dos cidadãos na escola precisam ser constantemente analisados e aprimorados, desde o nível básico até à universidade (RAMOS, 2012), caso contrário, as lembranças dos estudantes a respeito dos anos escolares, de ensino médio ou outro nível qualquer, quando são atingidos, serão difíceis e de momentos tediosos (BARIC, 2016). A inclusão escolar não diz respeito apenas às questões de deficiências, vai muito além deste aspecto, é um processo que abrange outras dimensões como a ideológica, a sociocultural, a política e a econômica (SILUK, 2013).

Assim, é fundamental que as escolas sejam inclusivas, considerando o aspecto coletivo, o acesso ao conhecimento, possibilitando a progressão social, pessoal e cultural de quaisquer indivíduos, independente de credo, raça, etnia, cor ou aspecto social. Portanto, levando em consideração a abrangência da educação inclusiva, cabe ressaltar que a pessoa com deficiência necessita de um atendimento educacional especializado (AEE).

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial fazem parte deste público-alvo as pessoas com deficiência (visual, física, auditiva e intelectual), com Altas Habilidades e Superdotação e as pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) transtorno onde se incluem as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas pessoas, enquanto estudantes, na escola, devem frequentar salas de aula regulares, mas também possuem o direito de terem um acompanhamento individualizado em AEE, contando assim com um professor que auxiliará os professores da sala de aula regular, socializando e discutindo quais as melhores maneiras para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça

(BRASIL, 2011). Esse professor será a ponte entre o professor da sala de aula regular, indicando estratégias a serem adotadas perante à diversidade.

Conhecer e desenvolver o processo inclusão deve abranger não apenas os professores das instituições, mas também os profissionais gerais da educação e os alunos, que devem reconhecer as diferenças para saber como tratá-las e perceber a inclusão perante a diversidade. Importando, inclusive, considerar que muitos estudantes com algum tipo de deficiência possuem dificuldades de interação social (RIVARD et al., 2015) e que este aspecto pode gerar *bullying* caso o respeito e o conhecimento da diversidade não esteja presente nas escolas e na sociedade.

A legislação relacionada ao atendimento educacional especializado, considerando a presença dos estudantes da educação especial em salas de aula regular, desde a educação infantil até o ensino superior, no Brasil, tem seu desdobramento a partir da primeira e segunda décadas do século XXI, como pode ser visto nas legislações (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2015) até a mais atual, sobre transtornos de *déficit* de atenção e hiperatividade, dislexia e outros transtornos de aprendizagem (BRASIL, 2021b). E hoje, os estudantes com deficiências, que antes eram marginalizados dos bancos escolares, felizmente, estão participando nas instituições de ensino médio e superior e nos cursos técnicos, o que faz com que pesquisas nestes níveis de ensino, para estudantes com deficiência, devam ser mais desenvolvidas, tanto no aspecto da permanência do estudante com deficiência, como no processo da inclusão pelos estudantes sem deficiência que devem compartilhar dos mesmos espaços acadêmicos.

Tendo em vista a necessidade de maior pesquisa e aprimoramento da educação inclusiva no ensino técnico, este trabalho aborda um relato sobre um estudo feito com estudantes sem deficiência do curso técnico em enfermagem, que participaram por dois anos de um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de materiais e técnicas de ensino para estudantes com deficiência. A partir deste projeto, coordenado por profissionais com experiência nas áreas de enfermagem e de educação especial, os estudantes perceberam, dentro da área técnica em que estavam inseridos, que necessitavam de maior conhecimento não apenas para a

socialização de colegas com deficiência dentro da escola, mas também para o dia a dia do trabalho com clientes com deficiência, atividade comum após o término do curso técnico, mas que não faz parte do currículo acadêmico.

Assim, no que segue, será relatado o projeto desenvolvido com os estudantes participantes do projeto e por fim, será apresentado um pequeno manual, confeccionado por eles. Este manual não visa propagar as diferenças, mas mostrar que para que a inclusão seja realmente efetiva, algumas posturas, perante as diversidades, precisam ser modificadas para que todas as pessoas possuam, realmente, os mesmos direitos de acesso e atendimento e para que, como salienta Nunes *et al.* (2020, p. 236), “[...] todo aquele sujeito que chega a um serviço deve ser acolhido, ouvido e receber uma resposta”.

2. A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO TÉCNICO SOB O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Nem todas as instituições públicas oferecem bolsas estudantis voltadas para a pesquisa, a extensão e a inovação já no ensino médio, contudo, esta modalidade possui a intenção da formação humana, tanto ao jovem quanto ao adulto, dando direito a ambos de ter uma melhor leitura do mundo e uma verdadeira inclusão cidadã (CIAVATTA, 2005). Assim, aproveitando o fato da instituição onde o trabalho foi desenvolvido ofertar estas modalidades de bolsa e a existência de um grupo de pesquisa voltado à área de inclusão, foram reunidos cinco bolsistas do curso técnico em enfermagem para estudar, pesquisar e avaliar aspectos necessários para uma escola verdadeiramente inclusiva. O projeto visava estudar e compreender a história da educação especial no Brasil, reconhecer os estudantes que são público alvo desta educação e construir materiais didáticos que possibilitassem uma maior inclusão e permanência, desse público, nas escolas de nível técnico, considerando que para um verdadeiro aprendizado é imprescindível uma mudança de postura em relação ao conteúdo aprendido (DOS SANTOS; CARVALHO; ALECRIM, 2019) e que, no aspecto da iniciação científica, é importante que ela seja desenvolvida desde as séries iniciais, sendo melhorada conforme os anos de ensino acadêmico (GRESSLER, 2003).

Durante o processo de iniciação científica, os estudantes relataram que além da inclusão educacional, para eles, enquanto técnicos de enfermagem, considerando o currículo, faltavam instrumentos que os auxiliassem no atendimento de pessoas com deficiência, em hospitais ou pronto atendimento. Assim, verificou-se a importância da iniciação científica voltada ao assunto da inclusão escolar, também para o processo profissional. Desta maneira, os estudantes, futuros profissionais da área de saúde, procuraram construir, após desenvolverem estudos, pesquisas e materiais didáticos de baixo custo baseados no desenho universal, um pequeno manual de maneira a poderem auxiliar com segurança as pessoas com deficiência que possam ser atendidas por eles ou por outros profissionais na área de saúde.

Por meio dos estudos bibliográficos realizados em diversos textos, perceberam que existem leis e diretrizes que protegem e garantem os direitos das pessoas com quaisquer tipos de deficiência, independente da classificação, grau ou intensidade. Mas, nestes mesmos estudos, demonstrou-se que são poucas as pessoas que têm acesso a essas informações, pois não há divulgação suficiente e eficiente, que alcance todos os públicos (FÁVERO, 2007; SILUK, 2012; BEYER, 2005).

Após os encontros de estudo e pesquisa, a visão dos estudantes bolsistas foi se modificando, sendo que eles passaram a perceber algumas dificuldades enfrentadas pelo público com deficiência, considerando a inserção deles na sociedade. O projeto foi desenvolvido com foco nas pessoas com deficiência por se acreditar que este público-alvo, dentro dos serviços de saúde, precise de mais apoio do que os demais públicos da educação especial. Desta forma, o atendimento deste público em hospitais, comércio, escola e quaisquer outros ambientes, acaba sendo afetado exatamente porque o público sem deficiência não conhece aspectos básicos de tratamento e ainda hoje, mesmo com a disseminação da inclusão, as pessoas de modo geral, tratam o público com deficiência olhando basicamente para uma característica física ou sensorial ou, em muitas vezes, projetam o aspecto de piedade perante as diferenças, não percebendo o cidadão.

A falta de profissionais, materiais e espaços direcionados para a compreensão dos diversos tipos de deficiência interferem, diretamente, em todos os aspectos no que tange ao processo de inclusão. Por esse motivo buscou-se, nesse projeto, mostrar as dificuldades vivenciadas por pessoas com deficiência em nossa sociedade. No entanto, vale ressaltar que se precisa também evidenciar que não somente de dificuldades vivem estas pessoas, mas que todas elas possuem potencialidades e estas devem ser destacadas, inclusive, esta é a uma visão de escola inclusiva, um espaço onde as potencialidades devem ser mais desenvolvidas do que as deficiências.

Além disso, o projeto visava relacionar o espaço escolar e o espaço hospitalar, mostrando que os profissionais da enfermagem, em alguns momentos, podem estar envolvidos com pedagogos e educadores escolares e que, portanto, conhecer os aspectos de uma educação inclusiva, também permite a atuação e a interação entre os profissionais de saúde e de educação, quando da necessidade, por exemplo, de um atendimento educacional hospitalar.

2.1. O atendimento a clientes com deficiência

Para que haja uma inclusão concreta há a necessidade de mobilização de todos os setores, o político, o social, o educacional, e principalmente o familiar. Assim, incluir profissionais da saúde em projetos de educação especial, visa também atingir, mais rapidamente, uma sociedade baseada no respeito às diferenças e, portanto, uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A formação dos profissionais de enfermagem, sejam eles auxiliares, técnicos ou enfermeiros, tem deixado uma lacuna no que diz respeito às questões de acessibilidade e do próprio cuidado à pessoa com deficiência. Estes temas, ao não serem abordados, fazem surgir uma lacuna na comunicação entre cliente e profissional, podendo gerar desde um desconforto até a existência de risco de erro na execução do cuidado.

Independentemente de o atendimento ser para pessoas com ou sem deficiência, é imprescindível que o profissional da enfermagem investigue o histórico anterior do indivíduo (por exemplo: doenças, alergias, internações) e

suas limitações, devendo-se ainda programar uma abordagem com o acompanhante ou familiar para saber as necessidades específicas apresentadas. A atenção constante na passagem de plantão é também um momento relevante, pois adquirem-se informações sobre as necessidades afetadas, cuidados específicos e alterações apresentadas pelo cliente, assegurando a continuidade da assistência prestada. É fundamental o registro tanto na evolução quanto nas anotações de enfermagem, por serem documentos legais que servem como meio de comunicação escrita nos quais constam as ocorrências clínicas do cliente, os problemas reais e potenciais identificados e as medidas implementadas no cuidado.

A falha de comunicação durante um atendimento na área da saúde entre a equipe multidisciplinar e a pessoa com deficiência pode implicar em diversos fatores prejudiciais ao cliente, como um erro de diagnóstico ou no cuidado prestado a ele. A sistematização de assistência de enfermagem, regulamentada pela Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 permite que a equipe de enfermagem se volte à promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, da família e da comunidade (BRASIL, 1986). Para isso se faz necessário uma melhor comunicação com o cliente, o que muitas vezes não é possível, seja pela falta de capacitação dos profissionais da saúde, seja pelo entendimento equivocado de interação entre equipe de saúde e o cliente.

No processo de assistência prestado ao cliente com deficiência, estão incluídas as atividades de autocuidado, levando em consideração o nível de autonomia de cada indivíduo. Este nível de autonomia é avaliado através de uma entrevista inicial que deve ser feita pela enfermagem ao admitir o cliente no setor de internação. Para estimular o autocuidado e identificar se o cliente tem condições de praticá-lo, pode-se seguir a teoria de Orem segundo a qual o indivíduo se torna responsável pela manutenção de sua saúde (WYSOCKI; FRESCHI; CESARINO, 2008).

Assim, considerando os aspectos sobre inclusão e educação especial pesquisados, e os estudos destinados ao profissional da área técnica de enfermagem, construiu-se nestes encontros de iniciação científica, algumas

definições de cuidados e atendimentos iniciais, para cliente com diferentes deficiências, que podem auxiliar e melhorar o atendimento destas pessoas e que serão definidos no que segue.

Cientes com deficiência auditiva: Deve-se encontrar meios de comunicação a serem utilizados pelos profissionais de saúde em qualquer atendimento à pessoa com deficiência. Dentre os tipos de comunicações destacam-se as verbais e não verbais, que acontecerão através das mãos, boca e expressão corporal. Pacientes surdos ou surdocegos utilizam geralmente LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), porém em nosso meio é raro encontrar um profissional que a compreenda, pois há falta de instrutores e intérpretes para encontrar formas de inserir a terminologia e termos técnicos utilizados na área da saúde. Apesar da não compreensão da língua, pode-se utilizar algumas estratégias para manter a comunicação com os clientes, sempre lembrando que a pessoa com deficiência auditiva possui graus diferentes de comprometimento e cada caso deverá ser avaliado diferentemente, no entanto, jamais deverá ser tratada preconceituosamente, e deve-se eliminar qualquer tipo de barreira na comunicação.

Ao admitir o cliente na unidade: 1. Proceder com a rotina de apresentar a unidade, ter paciência, falar calmamente para facilitar a leitura labial quando ele o reconhecer; 2. Utilizar a comunicação não verbal com os clientes que apresentem dificuldade ou desconhecimento de leitura labial, através de mímicas e gestos, bem como a comunicação através de escrita. Ressalta-se que a comunicação direta com o intermediador (acompanhante) será realizada em último caso, quando não for possível a compreensão e interação com o cliente.

Cientes com deficiência visual: Os procedimentos básicos serão os mesmos, além destes: 1. Apresentar o ambiente hospitalar, relatando quantos metros ele está dos cômodos e ambientes como sanitário, cama ao lado, portas etc. 2. Mostrar o funcionamento e localização da campainha para qualquer eventualidade, é importante para que possa chamar a equipe de enfermagem. 3. Ao fazer algum procedimento invasivo no cliente, sempre explicar antes, descrevendo detalhadamente a técnica e os materiais a serem utilizados. 4. Avaliar o nível de

autonomia da pessoa, para saber como será sua conduta durante os cuidados diários e perguntar ao cliente como é sua rotina, e se necessita de ajuda com os cuidados básicos, como alimentação, higiene corporal, higiene oral, entre outros.

Clientes com deficiência física: Existem as pessoas que já chegam ao hospital ou serviço de saúde com alguma deficiência e aquelas que saem do hospital desta forma. Para este último caso é importante dar apoio e orientação necessária. É possível que determinados clientes não aceitem sua nova condição. É importante que: 1. Os ambientes por onde as pessoas com deficiência física passam sejam organizados e melhorados de forma a proporcionar autonomia de movimentos. 2. De acordo com a necessidade de cada indivíduo, é importante a presença de corrimãos, rampas, barras de apoio, pisos antiderrapantes. 3. Os cuidados com ostomizados são bem específicos, mas cabe avaliar se o cliente aceitou cuidar de sua ostomia ou se ainda apresenta dificuldades com a autoimagem. 4. Da mesma forma, a adaptação alimentar para os colostomizados é gradual, pois o cliente deverá observar os tempos de eliminação fecal para os diversos tipos de alimentos. 5. Os amputados deverão ser preparados para o uso de próteses, o que implica um atendimento multidisciplinar. O uso de órteses como bengalas, muletas, andadores, cadeira de rodas exigem também treinamento específico e adaptação dos ambientes.

Clientes com deficiência intelectual: 1. Conferir o grau de autonomia do cliente. Na maioria das vezes é possível que seja necessário se reportar ao acompanhante, pois a pessoa com deficiência pode não apresentar entendimento sobre as condutas a ela dispensadas. A deficiência intelectual é causada por diferentes fatores e pode ser agravada por fatores sociais que enfatizem apenas os problemas inerentes à deficiência, que pode ser leve, moderada, severa, profunda e de gravidade específica. 2. É de responsabilidade dos profissionais informar e orientar a família da melhor maneira possível, a fim de enfrentar os desafios que possam surgir tanto no espaço hospitalar quanto na volta para a casa. 3. Algumas vezes o indivíduo com deficiência intelectual cria vínculos de dependência com pessoas envolvidas em seus cuidados, desta maneira, para dar segurança e confiança ao cliente deve-se respeitar este vínculo, pedindo sempre que necessário

e possível, o auxílio desta pessoa, evitando assim o estresse e maiores comprometimentos num período de crise.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não cabe aqui uma conclusão sobre o relato de experiência com estes estudantes, mas é importante salientar que o mundo vive uma mudança de cenário quanto às injustiças e desigualdades e apesar da luta pelo processo de inclusão, ainda há muito preconceito perante as pessoas com deficiência. Estas passam por diversas barreiras na sociedade e muitos profissionais, em inúmeras áreas, não recebem preparo para atendimento a este público.

Durante o projeto, percebeu-se a necessidade da preparação dos profissionais da saúde para atenderem pacientes com deficiência, considerando a falta de conhecimento de cada uma das possíveis dificuldades, necessidades e condições diárias. Quando o profissional sabe quais as condições que se enquadram em cada diversidade pessoal, fica mais simples o tratamento e o auxílio à saúde, possibilitando um trabalho mais condizente com o que a legislação indica.

Possibilitar a estudantes de ensino técnico que nos momentos de estágio possam prestar atendimento, de forma correta e segura, às pessoas com deficiência é um importante passo dentro de uma instituição de ensino e um grande avanço no atendimento ao serviço de saúde. Além disso, criar, juntamente com estes estudantes, procedimentos para estes atendimentos, além de gerar um crescimento profissional e pessoal dos futuros profissionais, possibilita a disseminação e a discussão destes aspectos para demais profissionais de cursos técnicos que normalmente não possuem esta área de estudo.

Para a melhoria da comunicação, todos os profissionais devem ser conscientizados desde o período da formação, para que ao entrarem no serviço, apresentem certa noção de comunicação e ação diante das pessoas com deficiência. É necessário que todos os profissionais busquem constantemente aprimorar seus conhecimentos acerca desta temática, visando à formação para a cidadania, para o respeito e para a diversidade.

4. REFERÊNCIAS

BARIC, V. B.; HELLBERG, K.; KJELLBERG, A.; HEMMINGSSON, H. Support for learning goes beyond academic support: voices of students with Asperger's disorder and attention deficit hyperactivity disorder. *Autism*, v. 20, n. 2, p. 183-195, 2016. <https://doi.org/10.1177/1362361315574582>

BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Distrito Federal: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2011.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Resolução 02/2020 CNE/CEB. Ministério da Educação. Brasília. 2021a.

BRASIL. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União. 2009.

BRASIL. **Lei 14.254 de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União. 2021b.

BRASIL. **Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e alterna parágrafo 3 do artigo 98 da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. 2012.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Diário Oficial da União. 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1986.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: G. FRIGOTTO; M. CIAVATTA; M. RAMOS (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

DOS SANTOS, A. M.; CARVALHO, P. S.; ALECRIM, J. L. O ensino de física para jovens com deficiência intelectual: Uma proposta para facilitar a inclusão na escola regular. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-19, 2019. <https://doi.org/10.5902/1984686X27590>

FÁVERO, E. A. G. **Educação Especial: tratamento diferenciado que leva à inclusão ou à exclusão de direitos?** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** São Paulo: Edições Loyola. 2003.

NUNES, C. K.; SILVA, A. B.; KANTORSKI, L. P.; COIMBRA, V. C. C.; OLSCHOWSKY, A. Cuidado intersectorial em saúde mental na infância e adolescência: Para além da instituição saúde. **Revista Pesquisa (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Online)**, v. 12, p. 232-237, 2020. Disponível em: <http://ciberindex.com/c/ps/P232237>

RAMOS, P. R. **A educação como direito fundamental.** In: Associação nacional dos membros do ministério público dos direitos dos idosos e da pessoa com deficiência, 2012. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/?p=382>

RIVARD, M.; TERROUX, A.; MERCIER, C.; PARENT-BOURSIER, C. Indicators of intellectual disabilities in young children with autism spectrum disorders. **Journal Autism Developmental Disorder**, v. 45, n. 1, p. 127-137, 2015. <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2198-3>

SILUK, A. C. P. (Org.) **Atendimento Educacional Especializado: Processos de Aprendizagem na Universidade.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SILUK, A. C. P. (org.) **Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

WYSOCKI, A.; FRESCHI, M.; CESARINO, C. Implementação da sistematização da assistência de enfermagem: estudo de caso de acordo com a Teoria de Autocuidado de Orem. **Arq. Ciência Saúde**, v. 15, n. 1, p. 38-42, 2008.

Submetido em: 17/06/2021

Revisões requeridas em: 10/09/2021

Aprovado em: 14/09/2021

SOBRE OS AUTORES

Angela Maria dos Santos¹. Doutora em Física. Professora de Física e de Educação Inclusiva do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba.

Maria Angélica Pinto Nunes. Doutora em História com Licenciatura aplicada à enfermagem. Professora aposentada do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

DOS SANTOS, A. M.; NUNES, M. A. P. Estudantes de um curso técnico em enfermagem e inclusão: relato de experiência. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 3, p. 1-14, 2022.